

### **Resumo**

O presente artigo discute o papel do professor e sua importância na construção de uma sociedade inclusiva que abranja também um mercado e relações de trabalho mais igualitárias. Argumenta-se por esta possibilidade, mesmo sem perder de vista o dinamismo e contradições impressos na dialética das relações do mundo de hoje.

Palavras-chave: inclusão, prática pedagógica e construção social

### **Abstract**

The present paper points to the importance of the role of teachers in the construction of an inclusive society that includes a more egalitarian job market and more democratic work relations. Such possibility is seen as feasible, without losing sight of the dynamism and contradictions imprinted in the dialectical relations of the present world.

Key-words: inclusion, pedagogic practice and social construction

## **O Papel do Professor na Construção de uma Sociedade Inclusiva e de um Mercado de Trabalho igualitário<sup>1</sup>.**

Mônica Pereira dos Santos<sup>2</sup>

Luciane Porto Frazão de Sousa<sup>3</sup>

### **Introdução**

Uma das questões que levantam debates a respeito da proposta de uma educação orientada para a inclusão é como praticá-la, se temos salas de aulas superlotadas, mal temos tempo para nos atualizarmos em nossa formação, quando temos tempo não recebemos o incentivo (moral e financeiro) que precisamos, somos atropelados por outras prioridades de vida...? Sem mencionar as diretrizes, portarias e políticas, muitas vezes conflitantes, que chegam às escolas, a respeito de novas orientações pedagógicas.

Pedem-nos, por exemplo, que ressignifiquemos nossa prática de avaliação, exercitando-a diariamente com nossos alunos. Em contrapartida, apesar de todas essas solicitações temos, ao mesmo tempo, um ano letivo que, apesar de abranger duzentos dias, se refletem em apenas quatro horas na escola, na maioria dos casos....

Pedem-nos, ainda, que diversifiquemos o ensino para contemplar os variados interesses de nosso alunado, ao mesmo tempo em que fornecem livros didáticos ao longo do ano e cujos conteúdos nos parecem, muitas vezes, distanciados da realidade de nossos alunos.... Lembram-nos a todo o momento da importância de nosso papel como formadores de futuros cidadãos, ao mesmo tempo em que, embora também sejamos cidadãos, nem sempre somos respeitados como tal; de forma que muitas vezes somos impedidos de exercer, nós mesmos, nossos próprios deveres de cidadania – e assim, de servir de exemplo àqueles que formamos, por faltar-nos às condições básicas...

Face a essa (dura) realidade, não nos resta outra opção senão verificar realistamente o que está ao nosso alcance fazer e o que não está. Mas antes de qualquer coisa, é preciso um compromisso interno, contundente, de crença num mundo justo, e uma consciência completa

---

<sup>1</sup> Artigo inspirado em texto produzido pela primeira autora para a Secretaria de Estado de Trabalho do Rio de Janeiro, em março de 2002, como parte de material de capacitação de docentes no Estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Pesquisadora e Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Pedagoga. Psicopedagoga. Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

– e por vezes dolorosa mesmo – de nosso papel na construção interminável deste mundo. Estes são os aspectos que pretendemos explorar neste artigo.

## **O papel do professor e a construção de uma Sociedade Inclusiva**

O primeiro papel do professor neste processo é decidir. Decidir-se não por conteúdos lingüísticos e/ou matemáticos; não por instrumentos de avaliação ..., mas, sim, pela sociedade. Esta necessita, hoje, de um indivíduo constituído a partir de valores humanitários que oportunize a (con)vivência de cidadãos críticos, conscientes e produtivos.

A decisão por este tipo de postura incide no trabalho voltado para a inclusão. Inclusão tem relação direta com os processos de exclusão. Ela só pode ser entendida, portanto, se compreendermos as diversas exclusões que nos circundam. Vivemos hoje em sociedades que, por diversos motivos, dispõem de mecanismos que favorecem certos grupos em detrimento de outros, excluindo-os, ora sutilmente, ora abertamente. Isto se dá por uma série de motivos.

Um deles é a forma competitiva como certas relações sociais e internacionais se estruturaram ao longo dos tempos. Outro seria a ignorância ainda presente quanto aos ganhos que qualquer sociedade teria em garantir os valores de tolerância e respeito ao próximo e em garantir que os direitos (que são iguais para TODOS porque TODOS valem a MESMA coisa, já que somos TODOS humanos) de TODAS as pessoas sejam assegurados. Ainda outro motivo poderia ser pela manutenção – via ignorância – de certos mitos e preconceitos a respeito das características pessoais, étnicas e sociais de certos grupos, e assim por diante.

Cabe-nos, portanto, como ponto de partida, compreender que:

*A perspectiva de inclusão parte do princípio de que há diversidade dentro de grupos comuns e de que esta está vinculada ao desenvolvimento de uma educação comunitária obrigatória e universal. Tal perspectiva preocupa-se com o incentivo à participação de todos e com a redução de todas as pressões excludentes. (Booth, 1998: 24 grifo nosso)*

Se considerarmos a educação como uma das molas mestras através das quais se constitui e mantém as sociedades, precisamos reconhecer também que a formação futura de uma sociedade cada vez mais inclusiva depende, e muito, de uma formação escolar inclusiva – e que precisa ser presente, e não futura.

Assim, traduzida para a Educação, poderíamos sintetizar a inclusão da seguinte maneira:

*Educação inclusiva refere-se à redução de todas as pressões pela exclusão, e de todas as desvalorizações que os alunos sofrem, seja com base em deficiências, rendimento, religião, etnia, gênero, classe, estrutura familiar, estilo de vida ou sexualidade. (Booth, et all, 1997: 345)*

Não existe um mundo homogêneo. Não existe contexto em que, aonde haja mais de uma pessoa, exista a igualdade na forma de sermos e nos expressarmos. Essa igualdade é ilusória. A igualdade que não é ilusória, no entanto (embora por vezes se nos pareça utópica), é a igualdade de valor que existe entre nós, seres humanos, e a conseqüente igualdade de direitos.

### **Decidir e Agir**

Ao colocar nossa decisão em prática... Recorremos uma vez mais a Booth:

*Eu prefiro pensar a inclusão em educação como um conjunto infundável de processos, ao invés de ser um estado. Inclusão implica mudança. (...) Ela comporta dois processos interligados:*

*(a) é o processo de aumento da participação de alunos nas culturas e currículo das escolas regulares e das comunidades;*

*(b) é o processo de redução da exclusão de alunos das comunidades e currículo.*

*(Booth, 1996: 91)*

Em termos do que estamos aqui discutindo, isso significa que teremos que, em nossas práticas profissionais, nos comprometer com a investigação dos seguintes aspectos: (1) que grupos estão sendo excluídos num dado momento, em nosso cotidiano profissional? (2) o que é que, neste dado momento, está agindo como fator de exclusão? E (3) o que podemos fazer para minimizar e, se possível, eliminar os aspectos identificados como excludentes neste momento?

Trata-se de nos desenvolvermos com uma postura de pesquisa: observar, coletar informações, levantar hipóteses, analisar as situações, encontrar soluções. O “segredo” está em desenvolver uma percepção aguda. Desenvolver este “olhar afiado” para detectar situações de exclusão; onde para cada situação haverá uma proposta diferente a fim de aumentar a participação e potencializar a aprendizagem de todos os indivíduos.

O que necessita este aluno?

- De um olhar integral e não somente voltado para sua dificuldade.
- De uma relação que vá além da objetividade pedagógica.
- De um “ego auxiliar” para poder constituir-se.

- De ser visto segundo suas possibilidades e não impossibilidades.

Outro passo é tentar identificar o contexto em que tal exclusão se dá. Na escola, por exemplo, é comum que os alunos nos chamem para mostrar suas produções, manifestando com isso a necessidade de terem nossa atenção. Um aluno com dificuldades não age, necessariamente, diferente. Ele pode nos chamar para mostrar algo que fez e, ao invés de valorizarmos primeiro seu esforço para depois trabalharmos os seus “erros” (entre aspas sim, pois já nos mostravam Piaget e Inhelder (1980) o quão relativo é o erro!!!), costumamos fazer o contrário.

Na ânsia de atingirmos os (previamente supostos) objetivos e conteúdos curriculares, solicitamos que o aluno dê aquele passo que ainda está além de suas possibilidades. É importante, sim, querermos o máximo de nossos alunos. Mas também não podemos nos esquecer das lições de outro grande teórico, Vygotsky (1999), que nos ensinou que esta “exigência” só tem sentido se partirmos daquilo que o aluno já faz com ajuda. Ou seja: não adianta solicitarmos o que ele não faz nem com ajuda. É preciso partir do que ele ainda não faz sozinho, mas que já realiza com ajuda. Em outras palavras: promover uma aprendizagem significativa e contextualizada...

Neste sentido, não há uma prática pedagógica inclusiva que possa ser dada *a priori*, pois precisamos primeiro analisar quem está excluído e de que maneira esta exclusão está acontecendo, para então decidirmos o que podemos fazer. Por outro lado, no processo dessas investigações, redescobrimos e resgatamos nossa autonomia, uma vez que não precisamos esperar por maiores iniciativas governamentais ou de outras esferas para começarmos a agir. E sempre há como agir. Nossas salas de aula estão cobertas de recursos que muitas vezes, por estarmos tão presos a uma forma única de concebê-la, nem percebemos. Um grande recurso, por exemplo, são os próprios alunos.

Pesquisas internacionais sobre experiências bem-sucedidas de inclusão (UNESCO, 2001) têm mostrado cada vez mais que por vezes as grandes soluções escondem-se nas estratégias mais simples – como por exemplo: (a) variar com uma certa constância os diferentes tipos de agrupamento dos alunos em aula; (b) utilizar um sistema rotativo de monitoria entre os alunos, de forma que se ajudem entre si (e conseqüentemente ao professor) naqueles assuntos em que se saiam melhor; (c) diminuir o tempo de trabalho com um mesmo assunto – sem

necessariamente variar o tema, observando o grau de concentração dos alunos, o que também evita a indisciplina; (d) preparar atividades variadas sobre um mesmo assunto para uso simultâneo por alunos que manifestem diferentes interesses (ex: enquanto um grupo se engaja em pesquisar sobre o tema “adição”, outro se engaja em construir exercícios sobre adição, outro prepara uma peça teatral improvisada sobre o tema, e ainda outro simplesmente resolve fazer exercícios já prontos de adição, e assim por diante). A lista poderia ser extensa! Os resultados dessas atividades também poderiam – e devem! – ser compartilhados em momento grupal mais amplo, com toda a turma.

Cabe frisar que essas sugestões não são receitas. São experiências que foram tentadas por alguns docentes, e que deram certo (e que também deram trabalho!). Isso significa que podemos apenas lê-las e as utilizarmos como fonte de inspiração (e não como manual) para criarmos as nossas próprias experiências.

É essencial que o aluno tenha um professor que deseje tê-lo e não o rotule por suas dificuldades, que o faça sentir-se seguro, com a garantia de um compromisso com os encaminhamentos das suas necessidades. Esta atuação provém do enfrentamento das dificuldades (pensando e agindo); do respeito aos ritmos próprios e do outro; e, basicamente, da identificação de tentativas/acertos...tentativas/não acertos e CAMINHAR.

### **O Empregador e o Empregado de Amanhã são o Aluno de Hoje...**

O mundo do trabalho não constitui exceção em nada do que discutimos até aqui. Na verdade, muitas das relações que começam a ser travadas nas escolas, já constituem um preparo para o mundo do trabalho.

A educação tem como objetivo fundamental preparar o indivíduo para o futuro, ou seja, instrumentalizar a criança/o jovem para o cotidiano da vida adulta. A instrumentalização através da aquisição de conhecimentos e apropriação significativa destes para com a realidade, proporcionando resolução de problemas e adaptação à comunidade.

Percebe-se, assim, a ligação entre o professor e um mercado igualitário de trabalho. O que começa na escola, certamente tem reflexos nas outras áreas da vida. Não é à toa que hoje em dia tanto se discute uma gestão de qualidade, e que os gerentes e administradores, bem como

as empresas como um todo têm sido cada vez mais conclamados a abordar a diversidade, o respeito e a tolerância nas relações trabalhistas.

Um dos fatores essenciais é o entendimento de que a escola é o centro fortalecido do sistema educacional e, por isso, uma unidade de qualificação diária. A qualificação da gestão implica em que todos os profissionais que atuam na escola compartilhem do conhecimento das condições existentes, dos recursos disponíveis, dos problemas a serem equacionados, da interação entre os diferentes fatores que afetam a qualidade da educação.

Cabe-nos, como professores, portanto, reconhecer ainda duas participações fundamentais na gestão escolar e, portanto, na construção dessa sociedade inclusiva, em que um mundo trabalhista inclusivo também seja condição fundamental. A primeira participação refere-se à educação do empregado cidadão. E a segunda, refere-se à educação do empregador cidadão. Todos eles passam por nós. Todos eles aprendem conosco e através da gente.

Conosco, pelas coisas que lhes ensinamos diretamente, através dos conteúdos que lhes passamos e da forma inclusiva com que somos capazes de fazê-los participar em seus próprios processos de aprendizagem e contribuir com a aprendizagem dos parceiros. E através da gente porque, querendo ou não, somos exemplos vivos para cada um de nossos alunos.

Como já nos ensinou Bandura (1970), o ser humano tem uma tendência a imitar aqueles que constituem outros significativos em suas vidas. E nós somos, como professores, parte desse universo de “outros significativos”, mesmo quando o somos de maneira negativa! Somos, enfim, modelos de conduta.

Deste modo, precisamos ter a preocupação com a passagem de valores inclusivos que se reflitam, futuramente, em empregadores e empregados conscientes de seus papéis e engajados, comprometidos com a promoção de relações trabalhistas responsáveis e justas. Ao assim fazermos, estaremos em acordo, também, com as recomendações mais atuais, propostas por diversos organismos de liderança internacional, sobre ética no trabalho. A título de exemplo, podemos citar o seguinte trecho:

*A criação de oportunidades de emprego para pessoas portadoras de deficiência, por meio de adaptação de locais de trabalho, de instrumentos e maquinaria,*

*exige conhecimento e informação detalhados sobre a capacidade de trabalho dessas pessoas, assim como, dos requisitos físicos e mentais da própria ocupação.* (Organização Internacional do Trabalho - OIT, 1997: 1, grifo nosso)

A escola é o melhor local em que se dá a promoção desses conhecimentos. O melhor lugar em que se pode descobrir o quanto cada um de nós – deficientes ou não – pode aprender, e o quanto cada um de nós – que aprendem mais ou menos rápido – é importante para auxiliar o processo de construção do conhecimento alheio? De que outra maneira indivíduos poderão ser formados com uma mentalidade respeitosa quanto às diferenças, senão exercitando esse respeito a partir de sua própria experiência escolar – o palco da diversidade por excelência – para então refleti-la em sua vida social e comunitária, ainda quando crianças e, depois, quando adultos?

Cabe, aqui, uma ressalva. Ao dizermos que o que fazemos hoje se refletirá no amanhã, não pretendemos que o leitor se concentre numa análise linear e a-contraditória da história. Pelo contrário! Nada do que aqui levantamos se dá desprovido de dificuldades, ou mesmo de conflitos. Cremos numa visão dialética das relações humanas. Assim, no dinamismo e contraditoriedade dessas relações, e no caminhar em direção constante ao desenvolvimento de culturas, políticas e práticas inclusivas, certamente nos depararemos com novos obstáculos, velhos obstáculos revestidos em nova roupagem, ou obstáculos antigos que ainda não tenham sido superados. Tal é a dinâmica. A questão é não fazermos deles motivos de paralisação, mas encará-los como desafios a serem superados. É a postura, mais uma vez, do pesquisador em ação...

### **Considerações Finais**

Entende-se que o processo de aprendizagem é melhor organizado quando decorrente de vivências oriundas das articulações com variados indivíduos, ou seja, em processo de descoberta conjunta de saberes (instrumentos de resolução).

Os instrumentos de resolução constituem-se a partir da relação circular (e não linear) da relação ensino-aprendizagem significativa, onde o aluno/sujeito ora é o chamado aprendente ora é o chamado ensinante. Neste processo, os saberes não se tornam simples acúmulo de informações, mas servem a resolução de problemas, têm valor para quem aprende.



O valor da apropriação dos saberes encontra-se na leitura de mundo possível a partir do mesmo; que, segundo Smole (2001), só é possível utilizando-se de “ferramentas” para resolução de problemas.

Outra forma de valoração para quem aprende encontra-se na possibilidade de criação de algo valorizado socialmente; que, segundo Perrenoud (1999), é ação resultante do trabalho a partir das competências. Os instrumentos de resolução (denominados, mas não criados por nós) referem-se, no nosso entender, a partir do valor para quem aprende, a todo conhecimento que, mobilizado, oportunize ao sujeito capacidade para solucionar desafios do cotidiano social.

Os instrumentos de resolução vão ser impressos diretamente na qualidade de vida. Quanto mais significativa for a aprendizagem, maior contribuição acarretará ao meio/grupo social. Os instrumentos, organizados pela escola, a saber:

- Ensinar a criança a conhecer e a cuidar de seu corpo;
- Auxiliar a criança na exploração de seu ambiente;
- Mostrar para a criança a transformação das coisas através do trabalho do homem;
- Colaborar com a criança na aprendizagem e domínio da linguagem falada e escrita;
- Transmitir conhecimentos acumulados pela humanidade;
- Ensinar conceitos e conteúdos.

A qualidade de vida para si próprio e para o outro na articulação desses instrumentos em qualquer “lugar” da sociedade. Falar em qualidade de vida é falar em CIDADANIA. Falar em cidadania é falar em ações. Ações voltadas para posturas, gestos e atitudes de inclusão. Trabalhar com a inclusão é postura ética pois exige compromisso com a aprendizagem; compromisso com a formação; compromisso técnico-humano-científico; compromisso com a qualidade na educação... Porque a aprendizagem é de cada um e a formação passa pelo grupo.

Promover a inclusão hoje é gerar frutos inclusivos amanhã, mesmo que não estejamos mais vendo nossos próprios frutos. Esses frutos, por sua vez, também não cessarão de se transformar. Portanto, cada gesto, cada ato, conta. E muito. Eis a re-descoberta de nossa potência. É preciso apostar nela. O mundo nunca foi como é hoje, e jamais o será novamente. Cabe a nós a busca eterna pela significação dessa transformação como fenômeno positivo. Não podemos perder de vista que, nesta dinâmica, cada ato gera reflexos que se voltarão em

nossas próprias direções. A História nos ensina isso. E você, professor(a), que História pretende construir?

## **Referências**

BANDURA, A. Modificação do Comportamento. Petrópolis, Vozes, 1970.

BOOTH, Tony. A Perspective on Inclusion from England. Cambridge Journal of Education, vol. 26, no. 1, , pp.87-99, 1996.

BOOTH, T., AINSCOW, M & DYSON, A. Understanding Inclusion and Exclusion in the Competitive English System. International Journal of Inclusive Education, vol. 1, No. 4: 337-355, 1997.

\_\_\_\_\_. From them to Us. London, Routledge. 1998.

OIT/Ministério da Justiça/SNDH/CORDE. 1997. Adaptação de ocupações e o Emprego do Portador de Deficiência. Brasília, 1997.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens entre duas lógicas. 1999.

PIAGET, J. & INHELDER, B. A Psicologia da Criança. São Paulo, 1980, Difel – Difusão editorial, 6ed.

SANTOS, M. P. dos. A Construção de uma Sociedade Inclusiva e o Ideário de Um Mercado de Trabalho Igualitário que Possa Absorver uma Mão de Obra de Portadores de Deficiências Qualificados – o Papel do Professor. SETRAB, Rio de Janeiro, março de 2002 (no prelo)

SMOLE, Kátia Stocco. A Escola Pública frente à utilização das Novas Tecnologias, in VI Seminário de Planejamento e Avaliação à luz da Multieducação. Secretaria municipal de Educação/Rio de Janeiro, 2001.

SOUSA, Luciane Porto Frazão. O processo de gestão como qualificação do cotidiano escolar. Rio de Janeiro, 2002 (no prelo).

UNESCO. Open Files on Inclusive Education – support materials for managers and administrators. UNESCO, 2001.

VIGOSTKY, L. S. O Desenvolvimento Psicológico da Criança. São Paulo, Martins Fontes, 1999.